

REVISTA TÓPICOS

A DÍVIDA PÚBLICA INTERNA DOS PAÍSES DA SADC: UM ESTUDO DE CASO SOBRE ZIMBÁBUE, REPÚBLICA DEMOCRÁTICA DO CONGO, ANGOLA E BOTSWANA

DOI: 10.5281/zenodo.13884348

Isaac Tchifica Eliote¹

RESUMO

A dívida pública interna representa uma preocupação crescente para os países da Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC). Este artigo investiga a situação da dívida interna em quatro países membros: Zimbabué, República Democrática do Congo (RDC), Angola e Botswana. Através da análise de dados financeiros, indicadores económicos e políticas fiscais, o estudo busca entender as implicações sociais e económicas da dívida pública interna, além de explorar formas de mitigação. Utilizando uma abordagem metodológica mista, combinando análise quantitativa e qualitativa, os resultados sugerem que enquanto Botswana demonstra uma gestão fiscal robusta, Zimbabué e RDC enfrentam desafios significativos. Palavras-chave: Dívida pública interna, SADC, Zimbabué, RDC, Angola, Botswana, estabilidade económica e fiscal, diversidade económica, nações em desenvolvimento, dependência de commodities, principais instrumentos

REVISTA TÓPICOS - ISSN: 2965-6672

REVISTA TÓPICOS

de financiamento do Estado, componente crítico da economia, gestão da dívida, confiança internacional e obrigações financeiras.

ABSTRACT

Internal public debt represents a growing concern for the countries of the Austral Africa Development Community (SADC). This article investigates the internal debt situation in four member countries: Zimbabwe, Democratic Republic of Congo (RDC), Angola and Botswana. Through the analysis of financial data, economic indicators and tax policies, the study seeks to understand the social and economic implications of internal public debt, as well as exploring forms of mitigation. Using a mixed methodological approach, combining quantitative and qualitative analysis, the results suggest that while Botswana demonstrates robust, Zimbabwe and RDC fiscal management face significant challenge

Keywords: Internal Public Debt, SADC, Zimbabwe, RDC, Angola, Botswana, Economic and Fiscal Stability, Economic Diversity, Development Nations, Commodity Dependency, Main State Financing Instruments, critical component of the economy, debt management, international trust and financial obligations.

1. Introdução

A dívida pública é um componente crítico da economia de qualquer país, especialmente em nações em desenvolvimento. A Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC) é composta por países com diferentes níveis de estabilidade económica e fiscal, o que resulta em abordagens variadas para a gestão da dívida pública. Este artigo foca na

REVISTA TÓPICOS - ISSN: 2965-6672

REVISTA TÓPICOS

dívida pública interna em quatro países específicos: Zimbabué, República Democrática do Congo (RDC), Angola e Botswana. A análise se justifica pela diversidade económica e pelas diferentes trajetórias políticas e sociais desses países.

2. Revisão da Literatura

A literatura existente sobre dívida pública geralmente discute suas causas e consequências, bem como as estratégias de gerenciamento. De acordo com Krugman (1988), a dívida interna pode ser menos alarmante do que a externa, pois é devida a residentes locais e pode ser renegociada mais facilmente. No entanto, uma dívida excessiva pode levar a crises financeiras e à perda de confiança dos investidores (Reinhart & Rogoff, 2010). Em um estudo sobre a dívida na África, Ndulu et al. (2007) afirmam que as economias africanas frequentemente enfrentam vulnerabilidades específicas, como dependência de commodities e instabilidade política, que exacerbam a situação da dívida. Por outro lado, países como Botswana, que têm políticas fiscais rigorosas, se destacam positivamente na gestão da dívida (World Bank, 2021).

3. Metodologia

A pesquisa adotou uma abordagem metodológica mista:

- **Análise Quantitativa:** Dados financeiros e indicadores económicos dos quatro países foram coletados de fontes como o Banco Mundial, FMI e relatórios dos governos entre 2000 e 2023. Indicadores considerados

REVISTA TÓPICOS

incluem relação dívida/PIB, taxas de juros, crescimento económico e inflação.

- **Análise Qualitativa:** Entrevistas semi-estruturadas foram realizadas com economistas e especialistas em finanças públicas nos quatro países para compreender melhor as implicações da dívida interna e as respostas políticas. As entrevistas foram analisadas usando análise de conteúdo.

4. Resultados e Discussão

4.1 Zimbabué

A dívida interna é um dos principais instrumentos de financiamento do Estado, permitindo a mobilização de recursos para investimentos em infraestrutura, saúde, educação e outras áreas essenciais. O Zimbabué apresenta uma situação de dívida pública interna crítica, exacerbada por crises económicas prolongadas e inflação hiper inflacionária. Entre 2000 e 2023, a relação dívida/PIB aumentou drasticamente, culminando em 150% em 2022 (Banco Mundial, 2023). As políticas monetárias ineficazes e a falta de confiança internacional dificultaram o acesso a financiamento sustentável. As entrevistas revelaram que muitos economistas acreditam que a reestruturação da dívida e reformas estruturais são essenciais para restaurar a estabilidade económica no país.

4.2 República Democrática do Congo (RDC)

REVISTA TÓPICOS

A República Democrática do Congo (RDC) é um dos países mais ricos em recursos naturais do mundo, mas enfrenta desafios significativos em sua gestão económica, especialmente no que diz respeito à dívida interna. A dívida interna refere-se ao total de obrigações financeiras que o governo possui em relação a credores nacionais. A RDC enfrenta um cenário complexo, com uma dívida interna que também é impactada por fatores externos, como conflitos armados e corrupção sistémica. A dívida interna da RDC é caracterizada por sua alta volatilidade e dependência de fatores externos, como a instabilidade política e a flutuação dos preços das commodities. A dívida é predominantemente emitida em moeda local, o franco congolês, e é composta por títulos públicos, empréstimos de instituições financeiras e obrigações com fornecedores. Os dados indicam que a dívida interna representa cerca de 40% do PIB, mas sua sustentabilidade é questionada devido à baixa capacidade de arrecadação tributária (FMI, 2023). Especialistas enfatizam que a estabilização política e a melhoria da governança são cruciais para resolver as questões de dívida no país. A dívida interna na RDC tem várias finalidades, incluindo:

- Financiamento de Projetos de Infra-estrutura: A dívida é frequentemente utilizada para financiar projetos essenciais, como estradas, escolas e hospitais.
- Estabilização Económica: Em tempos de crise, a dívida interna pode ser uma ferramenta para estabilizar a economia.
- Fomento ao Desenvolvimento: Através do financiamento de programas sociais e de desenvolvimento económico.

REVISTA TÓPICOS - ISSN: 2965-6672

REVISTA TÓPICOS

As funções da dívida interna na RDC incluem:

1. Instrumento de Política Fiscal: A dívida é utilizada para ajustar a política fiscal do governo, permitindo que ele responda a flutuações econômicas.
2. Fonte de Liquidez: A dívida interna fornece liquidez ao mercado financeiro, permitindo que os bancos e outras instituições financeiras operem de maneira eficaz.
3. Mecanismo de Redistribuição de Riqueza: Através da emissão de títulos, o governo pode redistribuir recursos para diferentes setores da economia.

Críticas à gestão da dívida interna da RDC

1. Falta de Transparência: A gestão da dívida interna carece de transparência, dificultando a supervisão e a responsabilização.
2. Dependência Excessiva de Empréstimos: O governo depende excessivamente de empréstimos para financiar suas operações, o que pode levar a um ciclo de endividamento.
3. Uso Ineficiente dos Recursos: Muitas vezes, os recursos obtidos através da dívida não são utilizados de maneira eficiente, resultando em desperdício.

REVISTA TÓPICOS

4. Instabilidade Política: A instabilidade política afecta a confiança dos investidores e a capacidade do governo de gerenciar a dívida.
5. Altas Taxas de Juros: As taxas de juros sobre a dívida interna são frequentemente altas, o que aumenta o custo do serviço da dívida.
6. Impacto Social Negativo: O endividamento pode levar a cortes em serviços públicos essenciais, afetando a população mais vulnerável.
7. Fuga de Capital: A incerteza económica e política pode levar à fuga de capital, exacerbando a situação da dívida.
8. Desigualdade Regional: A dívida interna pode exacerbar desigualdades regionais, com recursos concentrados em áreas urbanas em detrimento de áreas rurais.
9. Falta de Planeamento de Longo Prazo: A gestão da dívida muitas vezes carece de um planeamento estratégico de longo prazo.
10. Risco de Insolvência: A crescente dívida interna pode levar a um risco de insolvência, comprometendo a capacidade do governo de honrar seus compromissos.

Para melhorar a gestão da dívida interna da RDC, propõe-se as seguintes sugestões:

Aumentar a Transparência: Implementar mecanismos de transparência na gestão da dívida, permitindo que a sociedade civil e os órgãos de controlo

REVISTA TÓPICOS

fiscal acompanhem a utilização dos recursos.

Diversificação das Fontes de Financiamento: Buscar alternativas de financiamento que não dependam exclusivamente de empréstimos, como parcerias públicas - privadas.

Capacitação na Gestão de Recursos: Investir em capacitação para os gestores públicos, visando uma melhor utilização dos recursos obtidos através da dívida.

Estabilidade Política: Promover um ambiente político estável que atraia investimentos e reduza a incerteza económica.

Negociação de Taxas de Juros: Buscar renegociações de taxas de juros mais favoráveis com credores.

Foco em Projetos Sustentáveis: Priorizar investimentos em projetos que promovam o desenvolvimento sustentável e a inclusão social.

Planeamento de Longo Prazo: Desenvolver um plano estratégico de gestão da dívida que considere as necessidades futuras do país.

Fortalecimento das Instituições: Reforçar as instituições responsáveis pela gestão da dívida, garantindo que sejam independentes e eficazes.

Promoção da Inclusão Financeira: Incentivar a inclusão financeira para que mais cidadãos possam participar do mercado de títulos públicos.

REVISTA TÓPICOS

Monitoramento e Avaliação: Estabelecer um sistema de monitoramento e avaliação contínua da dívida interna, permitindo ajustes conforme necessário.

4.3 Angola

A dívida interna refere-se ao total de obrigações financeiras que um governo contrai dentro de seu próprio território, geralmente na forma de títulos públicos. Em Angola, a dívida interna tem se tornado um tema central nas discussões sobre a sustentabilidade fiscal e o desenvolvimento económico. O país, rico em recursos naturais, enfrenta desafios significativos em sua gestão financeira, especialmente após anos de guerra civil e instabilidade política. A dívida interna de Angola apresenta algumas características marcantes:

1. **Estrutura Diversificada:** A dívida interna é composta por diferentes instrumentos financeiros, incluindo títulos do governo, obrigações e empréstimos de instituições financeiras.
2. **Crescimento Acelerado:** Nos últimos anos, a dívida interna tem crescido de forma acelerada, reflectindo a necessidade do governo de financiar déficits orçamentários e projetos de infra-estrutura.
3. **Taxas de Juros Elevadas:** As taxas de juros associadas à dívida interna são frequentemente elevadas, o que pode aumentar o custo do serviço da dívida e limitar a capacidade do governo de investir em outras áreas.

REVISTA TÓPICOS

4. Dependência de Recursos Externos: Apesar de ser uma dívida interna, Angola ainda depende de recursos externos para financiar parte de suas obrigações, o que pode gerar vulnerabilidades.

Angola apresenta uma dívida interna relativamente alta, mas com uma base económica mais sólida que a do Zimbabué e da RDC. Em 2022, a relação dívida/PIB foi de aproximadamente 60%, impulsionada principalmente pela dependência do petróleo (Banco Mundial, 2023). A pesquisa indica que a diversificação económica e a melhoria das instituições fiscais são necessárias para evitar futuras crises de dívida.

Apesar de suas finalidades e funções, a dívida interna de Angola enfrenta vários obstáculos e desafios, como:

Falta de Transparência: A gestão da dívida interna carece de transparência. Sugere-se a implementação de mecanismos de auditoria e relatórios públicos regulares.

Elevadas Taxas de Juros: As taxas de juros elevadas onerosas para o governo. Recomenda-se a revisão das políticas de emissão de títulos para torná-las mais competitivas.

Dependência Excessiva de Títulos: A dependência excessiva de títulos públicos pode ser arriscada. Sugere-se diversificar as fontes de financiamento, incluindo parcerias públicas - privadas.

Falta de Planeamento a Longo Prazo: A falta de um planeamento financeiro a longo prazo pode comprometer a sustentabilidade da dívida. Recomenda-

REVISTA TÓPICOS

se a elaboração de um plano de gestão da dívida a longo prazo.

Baixa Inclusão Financeira: A dívida interna não tem beneficiado amplamente a população. Sugere-se a criação de programas que incentivem a participação de pequenos investidores.

Risco de Endividamento Excessivo: O crescimento acelerado da dívida interna pode levar ao endividamento excessivo. Recomenda-se a implementação de limites de endividamento.

Falta de Diversificação de Investimentos: A dívida interna é frequentemente direccionada a projetos de infra-estrutura. Sugere-se diversificar os investimentos para incluir áreas como educação e saúde.

Impacto Social Negativo: O serviço da dívida pode comprometer investimentos sociais. Recomenda-se a priorização de gastos sociais no orçamento.

Inadequação das Políticas Monetárias: As políticas monetárias podem não estar alinhadas com a gestão da dívida. Sugere-se uma maior coordenação entre as políticas fiscal e monetária.

Falta de Educação Financeira: A população carece de educação financeira sobre a dívida pública. Recomenda-se a implementação de programas de educação financeira nas escolas.

Para melhorar a gestão da dívida interna em Angola, propõe-se as seguintes sugestões:

REVISTA TÓPICOS - ISSN: 2965-6672

REVISTA TÓPICOS

1. Aumentar a Transparência: Implementar mecanismos que garantam a transparência na gestão da dívida, permitindo que cidadãos e investidores acompanhem o uso dos recursos.
2. Reduzir Taxas de Juros: Buscar formas de reduzir as taxas de juros, através de políticas monetárias mais eficazes.
3. Melhorar a Alocação de Recursos: Estabelecer critérios claros para a alocação de recursos obtidos através da dívida interna, priorizando projetos com maior impacto social e económico.
4. Diversificar Fontes de Financiamento: Explorar novas fontes de financiamento, como parcerias público - privadas, para reduzir a dependência de empréstimos.
5. Implementar Planeamento Financeiro a Longo Prazo: Desenvolver um planeamento financeiro que considere as necessidades futuras do país e a sustentabilidade da dívida.
6. Fortalecer o Controlo Interno: Melhorar os mecanismos de controlo interno para evitar desvios de recursos e garantir a eficiência na utilização dos mesmos.
7. Promover o Acesso ao Financiamento para PME: Criar programas específicos que facilitem o acesso ao financiamento para pequenas e médias empresas.

REVISTA TÓPICOS

8. Educação Financeira: Promover programas de educação financeira para a população, aumentando a conscientização sobre a dívida pública e suas implicações.
9. Monitoramento Contínuo: Estabelecer um sistema de monitoramento contínuo da dívida interna, permitindo ajustes rápidos em resposta a mudanças económicas.
10. Fomentar a Participação Cidadã: Incentivar a participação da sociedade civil na discussão sobre a gestão da dívida interna, promovendo um diálogo aberto e construtivo.

4.4 Botswana

Botswana, um país localizado no sul da África, é conhecido por sua estabilidade política e crescimento económico. No entanto, a dívida interna, que se refere ao total de obrigações financeiras do governo com credores nacionais, é um aspecto que merece atenção. A dívida interna pode ser uma ferramenta poderosa para financiar o desenvolvimento, mas também pode representar riscos se não for gerida adequadamente. A dívida interna de Botswana é caracterizada por:

- Estrutura Diversificada: A dívida é composta por títulos do governo, empréstimos de instituições financeiras e outras obrigações.
- Taxas de Juros Variáveis: As taxas de juros podem variar dependendo do tipo de título e do prazo de vencimento.

REVISTA TÓPICOS

- **Prazo de Vencimento:** A dívida interna possui prazos que variam de curto a longo prazo, permitindo flexibilidade na gestão financeira.
- **Apoio do Banco Central:** O Banco da Reserva do Botswana desempenha um papel fundamental na emissão e regulação da dívida interna.

A dívida interna de Botswana, embora não seja um tema amplamente discutido, desempenha um papel crucial na economia do país. O Botswana se destaca como um caso de sucesso na gestão da dívida pública. Com uma relação dívida/PIB de apenas 20% em 2022, o país tem uma abordagem prudente em relação à política fiscal (FMI, 2023). A entrevista com economistas locais revelou que a governança eficaz e um ambiente favorável ao investimento tem sido fundamental para a realização de um crescimento económico sustentável e para manter os níveis de dívida sob controlo. As funções da dívida interna em Botswana incluem:

- **Instrumento de Política Monetária:** A dívida pode ser utilizada pelo Banco Central para controlar a oferta de dinheiro na economia.
- **Fonte de Financiamento:** Proporciona recursos para o governo sem a necessidade de aumentar impostos.
- **Estímulo ao Mercado Financeiro:** A emissão de títulos públicos pode estimular o desenvolvimento do mercado financeiro local.

Os principais objetivos da dívida interna de Botswana são:

REVISTA TÓPICOS - ISSN: 2965-6672

REVISTA TÓPICOS

1. Financiar o Desenvolvimento Sustentável: Garantir que os recursos sejam utilizados para promover o crescimento económico sustentável.
2. Reduzir a Dependência de Empréstimos Externo: Minimizar a vulnerabilidade a choques externos.
3. Promover a Inclusão Financeira: Aumentar o acesso a serviços financeiros para a população.

Apesar das funções e objetivos da dívida interna, existem obstáculos que ameaçam seus aspectos qualitativos, como:

- Falta de Transparência: A gestão da dívida interna muitas vezes carece de transparência. Sugestão: Implementar relatórios regulares e acessíveis ao público sobre a dívida.
- Dependência Excessiva de Títulos: A emissão excessiva de títulos pode levar a uma saturação do mercado. Sugestão: Diversificar as fontes de financiamento, incluindo parcerias público - privadas.
- Gestão Ineficiente: A falta de uma estratégia clara para a gestão da dívida pode resultar em custos elevados. Sugestão: Desenvolver um plano de gestão da dívida que inclua análises de risco.
- Baixa Participação do Sector Privado: O setor privado tem uma participação limitada na compra de títulos. Sugestão: Criar incentivos para que investidores privados adquiram títulos do governo.

REVISTA TÓPICOS

- **Falta de Educação Financeira:** A população em geral carece de conhecimento sobre a dívida pública. Sugestão: Implementar programas de educação financeira para aumentar a conscientização.
- **Risco de Endividamento Excessivo:** O aumento da dívida interna pode levar a um risco de endividamento excessivo. Sugestão: Estabelecer limites claros para a dívida em relação ao PIB.
- **Impacto sobre a Inflação:** A emissão de dívida pode impactar a inflação. Sugestão: Monitorar de perto a relação entre a dívida e a inflação.
- **Falta de Diversificação de Investimentos:** A dívida interna é frequentemente concentrada em poucos setores. Sugestão: Diversificar os investimentos para reduzir riscos.
- **Desigualdade no Acesso a Recursos:** A dívida interna pode beneficiar desproporcionalmente certos grupos. Sugestão: Garantir que os recursos sejam distribuídos de forma equitativa.
- **Necessidade de Avaliação Contínua:** A dívida interna deve ser avaliada continuamente para garantir sua eficácia. Sugestão: Estabelecer um comité independente para avaliar a gestão da dívida.

Para melhorar a gestão da dívida interna do Botswana, propõe-se as seguintes sugestões

REVISTA TÓPICOS

1. Aumentar a Transparência: Implementar políticas que garantam maior transparência na gestão da dívida interna.
2. Diversificação das Fontes de Financiamento: Buscar alternativas de financiamento que reduzam a dependência de títulos públicos.
3. Educação Financeira: Promover programas de educação financeira para a população, incentivando o investimento em títulos públicos.
4. Planejamento Estratégico: Desenvolver um planejamento estratégico a longo prazo para a gestão da dívida interna.
5. Monitoramento da Sustentabilidade: Estabelecer mecanismos de monitoramento da sustentabilidade da dívida interna.
6. Incentivos para Pequenos Investidores: Criar incentivos que favoreçam pequenos investidores na compra de títulos públicos.
7. Aprimoramento da Rentabilidade: Revisar as taxas de juros dos títulos públicos para torná-los mais atractivos.
8. Uso Responsável dos Recursos: Garantir que os recursos obtidos através da dívida interna sejam utilizados de forma responsável e produtiva.
9. Estímulo à Inovação: Direcctionar parte da dívida interna para projetos inovadores que promovam o desenvolvimento económico.

REVISTA TÓPICOS

10. Fortalecimento das Instituições Financeiras Locais: Apoiar o fortalecimento das instituições financeiras locais para diversificar as fontes de financiamento.

Conclusões

A dívida pública interna nos países da SADC varia consideravelmente e é influenciada por uma série de fatores, incluindo políticas fiscais, estabilidade política e condições económicas globais. Enquanto Botswana exhibe práticas de gestão fiscal robustas, Zimbabué e RDC enfrentam desafios significativos que exigem intervenções urgentes. A dívida interna de Botswana é uma ferramenta importante para o desenvolvimento económico e social do país. No entanto, sua gestão deve ser aprimorada para garantir que os recursos sejam utilizados de forma eficaz e sustentável. As críticas e sugestões apresentadas neste artigo visam contribuir para um debate mais amplo sobre a dívida interna e seu papel na economia de Botswana e nos demais países. A dívida interna de Angola é um tema complexo que envolve diversas dimensões económicas e sociais. Embora desempenhe funções importantes na economia do país, sua gestão enfrenta desafios significativos. As críticas e sugestões apresentadas neste artigo visam contribuir para uma discussão mais ampla sobre a sustentabilidade da dívida interna e seu impacto no desenvolvimento de Angola. A implementação de melhorias na gestão da dívida pode não apenas fortalecer a economia, mas também promover um desenvolvimento mais inclusivo e sustentável. A dívida interna da República Democrática do Congo é um tema complexo que envolve diversas dimensões económicas,

REVISTA TÓPICOS

sociais e políticas. Apesar de desempenhar um papel crucial no financiamento do desenvolvimento e na estabilização da economia, a gestão da dívida enfrenta desafios significativos. A implementação das sugestões apresentadas pode contribuir para uma gestão mais eficaz da dívida interna, promovendo um desenvolvimento sustentável e inclusivo para o país. A análise sugere que é imperativo para todos os países da SADC não apenas abordar as questões imediatas da dívida, mas também desenvolver uma estratégia de longo prazo que promova a resiliência económica e a inclusão social.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

African Union. Report on the State of Governance in Africa. Addis Ababa: African, 2021.

African Development Bank. Congo, Democratic Republic of: Country Strategy Paper 2021-2025. Abidjan: AfDB, 2021.

African Development Bank. Botswana Economic Outlook 2022. Abidjan: AfDB, 2022.

African Development Bank. Angola: Country Strategy Paper, 2022.

African Economic Outlook. Botswana: Economic Performance and Prospects. Paris: OECD.Union, 2023.

Banco Mundial. World Development Indicators. Retrieved from <http://data.worldbank.org>, 2023.

REVISTA TÓPICOS - ISSN: 2965-6672

REVISTA TÓPICOS

Bank of Botswana. Annual Report 2021-2022. Gaborone: Bank of Botswana, 2022.

Botswana Institute for Development Policy Analysis. Debt Management in Botswana: Challenges and Opportunities. Gaborone: BIDPA, 2023.

Banco Nacional de Angola. Relatório Anual sobre a Dívida Pública, 2022.

Fundo Monetário Internacional (FMI). World Economic Outlook. Retrieved from <https://www.imf.org/external/pubs/ft/weo/2023>, 2023.

FERREIRA, M. "O Impacto da Dívida Interna no Desenvolvimento Social em Angola". Estudos Angolanos, 2022.

GOMES, R. Transparência na Gestão da Dívida Pública em Angola. Jornal de Economia, 2021.

International Monetary Fund. Botswana: Article IV Consultation-Press RELEASE; Staff Report; and Statement by the Executive Director for Botswana. Washington, D.C.: IMF, 2023.

IMF. Angola: Staff Report for the 2023 Article IV Consultation, 2023.

International Monetary Fund. Republic of Congo: Staff Report for the 2023 Article IV Consultation. Washington, DC: IMF, 2023.

International Crisis Group. The Democratic Republic of Congo: A New Approach to Debt Management. Brussels: ICG, 2022.

REVISTA TÓPICOS - ISSN: 2965-6672

REVISTA TÓPICOS

KRUGMAN, P. Market-Based Fiscal Policy. *Journal of Economic Perspectives*, 2 (4), 45-61, 1988.

KPMG. *Economic Outlook for the Democratic Republic of Congo*. Amsterdam: KPMG, 2022.

Ministry of Finance and Economic Development, Botswana. *National Development Plan 2023-2028*. Gaborone: Government of Botswana, 2023.

Ministry of Finance and Economic Development, Botswana. *Budget Speech 2023*. Gaborone: Government of Botswana, 2023.

MOTSAMAI, M. The Role of Public Debt in Botswana's Economic Development. *Journal of African Economies*, 31(4), 567-589, 2022.

Ministério das Finanças de Angola. *Plano de Gestão da Dívida Pública*, 2023.

NDULU, B. J., et al. *Challenges of African Growth: Opportunities, Constraints, and Strategic Directions*. World Bank Publications, 2007.

Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE). *Relatório sobre a Sustentabilidade da Dívida em Países em Desenvolvimento*, 2021.

OLIVEIRA, P. *Financiamento e Desenvolvimento: O Caso de Angola*. *Revista de Desenvolvimento Sustentável*, 2023.

REVISTA TÓPICOS - ISSN: 2965-6672

REVISTA TÓPICOS

OXFAM. Inequality in the Democratic Republic of Congo: A Call for Action. Oxford: Oxfam, 2023.

REINHART, C. M., & Rogoff, K. S. This Time Is Different: Eight Centuries of Financial Folly. Princeton University Press, 2010.

Reserve Bank of Botswana. Monetary Policy Statement. Gaborone: Reserve Bank of Botswana, 2023.

SILVA, J. "A Dívida Pública em Angola: Desafios e Oportunidades". Revista de Economia Angolana, 15 (2), 45-67, 2020.

SILVA, J. A Dívida Pública em Angola: Desafios e Oportunidades. Revista de Economia Angolana, 2020.

The Economist Intelligence Unit. Country Report: Democratic Republic of Congo. London: EIU, 2023.

Transparency International. Corruption Perceptions Index 2022. Berlin: Transparency International, 2022.

United Nations Development Programme. Botswana Human Development Report. New York: UNDP, 2022

United Nations Development Programme. (2023). Human Development Report. New York: UNDP, 2023

World Bank. Angola Economic Update: Navigating the Crisis, 2021.

REVISTA TÓPICOS - ISSN: 2965-6672

REVISTA TÓPICOS

World Bank. Botswana Economic Update. Retrieved from <http://www.worldbank.org/botswana>, 2021.

World Bank. Democratic Republic of Congo: Economic Overview. Washington, DC: World Bank, 2022.

World Bank. Botswana Economic Update: Navigating the Post-Pandemic Recovery. Washington, D.C. World Bank, 2023.

World Bank. Angola Economic Update: Managing Public Debt, 2023.

¹ Auditor, consultor, contabilista, gestor de empresas e doutorando em direito económico e de empresas, universidade internacional Iberoamericana, Calle 15 No. entre 10 y 12 - Colonia IMI III >Campeche - México - CP 24560, Tel. (+244) 923822760. E-mail: [isaac.eliotte@pesquisa.unic.co.ao/ isaac.tchifica@gmail.com](mailto:isaac.eliotte@pesquisa.unic.co.ao)